

Uma imagem desfocada — a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração

Mais de um milhão de emigrantes deixaram Portugal entre 1855 e 1930 (Baganha, 1988: 259, 260). Um tal número de saídas despertou muito naturalmente a atenção de contemporâneos. De facto, o volume e a composição sociodemográfica da emigração portuguesa têm sido, desde essa altura, objecto de análise por parte de vários autores¹. Cientes de se apoiarem essencialmente em fontes sobre emigração legal, alguns destes autores aventaram estimativas sobre o volume e a composição do fluxo clandestino. Contudo, e apesar de se saber que o elemento clandestino difere substancialmente do legal, o que se escreveu e se escreve sobre este tema continua a ser essencialmente baseado em fontes portuguesas, isto é, fontes que cobrem apenas as saídas legais.

É, pois, pertinente interrogarmo-nos se a exclusão da análise de um segmento do fluxo migratório — o segmento clandestino — não invalida a possibilidade de generalizações descritivas sobre a emigração portuguesa, bem como a elaboração de conclusões qualitativas sobre o fenómeno migratório português. Pergunta a que nos propomos responder neste trabalho.

Começaremos por demonstrar que, no caso português, o conjunto emigração legal é significativamente diferente do conjunto emigração ilegal e, por sua vez, ambos os conjuntos são significativamente diferentes do conjunto resultante da sua adição, isto é, da emigração portuguesa. A identificação de cada um dos conjuntos enuncia-se baseia-se no cotejo de fontes multinacionais: portuguesas para identificar e caracterizar o conjunto legal; de um país receptor da emigração portuguesa (no presente caso, os Estados Unidos) para identificar e caracterizar o fluxo ilegal. Conclui-se da análise não ser possível conhecer adequadamente o fluxo migratório português através do uso exclusivo das estatísticas portuguesas de emigração.

Provada a necessidade de revermos as características gerais da emigração portuguesa, pelo recurso sistemático a fontes de países receptores de mão-

¹ As melhores sínteses disponíveis são: Rodrigues de Freitas (1867); A. de Figueiredo (1873); Oliveira Martins (1891); Afonso Costa (1911); Bento Carqueja (1916); Sousa Bettencourt (1961); João Evangelista (1971); Joel Serrão (1.ª ed., 1972; 1977); Magalhães Godinho (1978); M. Halpern Pereira (1981).

-de-obra nacional, apresentaremos, na segunda parte deste trabalho, um exemplo específico do tipo de revisão que defendemos necessária. Assim, e depois de apresentar evidência que apoia o pressuposto de que existe independência entre a taxa de clandestinos no fluxo migratório e os países de destino desse mesmo fluxo, estima-se, com base em fontes portuguesas e norte-americanas, o volume da emigração portuguesa para o período de 1855 a 1930.

Como dissemos, iniciaremos este trabalho demonstrando que a consideração exclusiva de fontes portuguesas distorce consideravelmente a realidade que se pretende analisar. Facto que é relevante por duas razões: porque o trabalho com fontes multinacionais implica enormes esforços de pesquisa, que parece aconselhável justificar; e porque a parca atenção que tem sido dada às fontes dos países de destino, por parte da historiografia portuguesa, parece indicar existir um certo consenso sobre a validade das fontes portuguesas para retratar a experiência migratória nacional². Um tal consenso é parcialmente explicável pelo facto de a emigração portuguesa ter como principal destino o Brasil e este país só ter começado a elaborar estatísticas nacionais de imigração neste século, concretamente em 1908 (Firenczi e Wilcox, 1929). Assim, qualquer trabalho que incida sobre períodos anteriores e tenha como país de destino o Brasil terá obviamente de utilizar fontes do país emissor, uma vez que as correspondentes brasileiras não existem. O facto de não existirem fontes brasileiras comparáveis às portuguesas para o século XIX não significa, como por vezes parece inferir-se, que: 1) não seja possível determinar o grau de cobertura nas fontes portuguesas do fluxo migratório clandestino; e 2) que a utilização de fontes portuguesas não distorça a realidade que se quer analisar. O que se torna necessário é cotejar as fontes nacionais com as fontes de outros destinos da emigração portuguesa, para os quais haja efectivamente estatísticas correspondentes às portuguesas. É exactamente o que nos propomos fazer seguidamente.

A CADA FONTE O SEU FLUXO MIGRATÓRIO

A existirem clandestinos, as informações recolhidas em fontes portuguesas têm necessariamente de divergir das informações recolhidas em fontes norte-americanas, já que as primeiras cobrem apenas partidas legais e as

² Recentemente foi mesmo defendido que «os registos portugueses se apresentam geralmente mais completos que os correspondentes registos estrangeiros» (Costa Leite, 1987: 475). O autor baseou a sua conclusão no facto de, nas séries que publicou, as saídas (registos portugueses) serem superiores às chegadas (registos estrangeiros). Este estranho resultado só foi possível porque: na série brasileira, excepto nos cinco anos finais, o autor apenas considerou as entradas por um único porto; na série americana, na primeira parte, não incluiu as chegadas nem dos açorianos nem dos madeirenses, apesar de, como é sabido, o fluxo migratório português para os Estados Unidos ser constituído quase exclusivamente por insulares e as suas chegadas estarem efectivamente registadas nas fontes americanas.

segundas chegadas de imigrantes, independentemente do seu *status* legal à partida.

As fontes americanas sobre imigração, que permitem uma reconstituição anual de qualquer fluxo migratório para aquele país, podem dividir-se em dois grandes grupos: o primeiro é constituído pelos *Annual Reports on Immigration*; o segundo pelos *Manifest Shiplists* ou *Passengers' Manifests*³. O cotejo destas fontes indica que as informações registadas não são totalmente coincidentes, o que levanta um problema adicional. De facto, trata-se de saber não só se a «verdadeira» população emigratória portuguesa para os Estados Unidos se encontra registada adequadamente nas fontes portuguesas, mas também se as fontes americanas que permitem uma reconstituição anual dessa população (*Annual Reports* e *Shiplists*) podem ser usadas indiscriminadamente. Ponto de enorme relevância, uma vez que os *Manifests* são manuscritos de difícil acesso e consulta altamente morosa, enquanto os *Annual Reports* são fontes impressas de fácil acesso. As fontes portuguesas correspondentes dividem-se também em dois grandes grupos: *Livros de Registos de Passaportes* e *Estatísticas de Emigração*⁴.

O quadro n.º 1 apresenta os perfis sociodemográficos dos emigrantes portugueses obtidos, para 1860, em fontes portuguesas e americanas indica claramente que, consoante optemos por utilizar os *Manifests* ou os *Passaportes*, obteremos perfis sociodemográficos bastante diversos. Repare-se, por exemplo, que, se aceitarmos a informação contida nos passaportes, somos levados a concluir que o fluxo migratório português para os Estados Unidos era, em 1860, maioritariamente constituído por mulheres, enquanto, se nos apoiarmos nas fontes americanas, concluiremos precisamente o oposto⁵.

Quando se comparam as características de populações registadas em fontes de origem diversa, é frequente não existir uma total coincidência entre os resultados obtidos; as discrepâncias detectadas podem contudo dever-se apenas a simples erros aleatórios no processo de registo, não sendo por isso necessariamente significativas. Assim, o que precisamos de saber é se as diferenças encontradas no cotejo das fontes são ou não de tal forma significativas que nos permitam afirmar estarmos na presença de duas populações.

³ De ora avante, estas fontes serão referidas abreviadamente da seguinte forma: *Annual Reports*, *Shiplists* ou *Manifests*.

⁴ A heurística das fontes portuguesas e norte-americanas foi detalhadamente feita em trabalhos anteriores. Da análise então elaborada ressaltou claramente a superioridade das fontes americanas (Baganha, 1988).

⁵ Se, por hipótese, aceitarmos que o segmento clandestino era composto exclusivamente por homens e correspondia neste momento a 20% da população masculina registada nos passaportes, obteremos uma *ratio* semelhante para a composição por sexos do fluxo migratório registado em ambas as fontes. No entanto, continuaremos sem poder explicar os diferenciais encontrados para a estrutura ocupacional. Para explicar este último caso necessitaríamos de uma hipótese bem mais restritiva, do tipo: os clandestinos seriam todos jovens adultos do sexo masculino e a estrutura de ocupações masculinas diferiria por grupos etários.

Perfil sociodemográfico dos emigrantes portugueses em 1860
(*Shiplists versus Passaportes*)

[QUADRO N.º 1] A. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR SEXO

Sexo	<i>Shiplists</i>	Passaportes
Homem	58	49
Mulher	42	51
Total	100	100
N	280	249

B. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR SEXO E GRUPOS DE IDADES

Sexo/Idade	<i>Shiplists</i>	Passaportes
Homem	50	36
Mulher	36	38
Criança	14	19
Desconhecido	0	7
Total	100	100
N	280	249

C. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL PARA OCUPAÇÕES MASCULINAS

Ocupação	<i>Shiplists</i>	Passaportes
Marinheiro	56	32
Trabalhador	17	39
Agricultor	6	8
Desconhecida	21	0
Outra	0	18
Total	100	100
N	141	90

Fontes: *Shiplists* para o porto de Boston em 1860; *Registos de Passaportes* dos distritos açorianos para 1860 (in Lagos Trindade, 1976: 270-276).

Este problema corresponde ao problema estatístico de saber se duas amostras pertencem ou não à mesma população. Mais concretamente, o que se pretende indagar no presente caso é se as diferenças de resultados verificadas nas duas fontes podem ser atribuídas a erros aleatórios, o mesmo é perguntar se as duas fontes retratam a mesma população.

Entre os testes estatísticos que poderíamos utilizar escolhemos o qui-quadrado por este teste considerar as características nominais da distribuição a ser testada. Começamos por considerar que as diferenças encontradas para a distribuição masculina se deviam a erros aleatórios no registo das fontes. Assim, uma boa estimativa do verdadeiro valor seria a média dos dois valo-

res registados. Os resultados do teste do quiquadrado rejeitam esta hipótese a um nível de significância de 0,01⁶.

Seguidamente assumimos que a distribuição das *Shiplists* era a correcta e testamos a hipótese de a distribuição por sexos registada nos *Passaportes* provir da mesma população. Com base nos resultados do quiquadrado⁷, esta hipótese foi também rejeitada a um nível de significância de 0,025.

Para confirmar os resultados obtidos para 1860, os testes de quiquadrado foram repetidos para o ano de 1904. Os dados foram recolhidos respectivamente no *Annual Report on Immigration* para 1904 e nas estatísticas oficiais portuguesas de emigração para o mesmo ano. Novamente foram rejeitadas as hipóteses, a um nível de significância de 0,01, de a distribuição masculina, a distribuição por sexos e a distribuição por idades pertencerem à mesma população⁸.

Demonstrado que os perfis sociodemográficos da emigração portuguesa para os Estados Unidos registados nas fontes portuguesas e americanas diferem de tal modo, que é impossível aceitar que ambos os registos retratem a mesma população, impunha-se testar, como anteriormente se disse, a possibilidade do uso indiscriminado das fontes americanas. Inicialmente comparou-se a informação fornecida nas *Shiplists* para o porto de Boston em 1860 com as informações dadas no *Annual Report* para esse mesmo ano. Os totais diferem ligeiramente: na primeira destas fontes são registados 353 portugueses, enquanto na segunda nos aparecem 359. Contudo, as diferenças registadas não são estatisticamente significativas⁹.

Finalmente, compararam-se as distribuições por sexos e idades para 1890-91 dadas nos *Manifests* para os portos de Boston e Nova Iorque com as distribuições fornecidas no *Annual Report* para o mesmo período. Das diferenças testadas (distribuição por sexos, estrutura de idades feminina e

⁶ Resultados do teste de quiquadrado para a primeira hipótese:

Distribuição masculina para 1860

	<i>Manifests</i>	Passaportes
Observado	140	90
Estimado	115	115
$O - E$	25	-25
$(O - E)^2 / e$	5,43	5,43 = 10,86

$\alpha = 0,01$; c.v. = 6,63; $\chi^2 = 10,86$.

⁷ $\alpha = 0,025$; c.v. = 5,02; $\chi^2 = 5,68$.

⁸ Para a distribuição masculina: $\alpha = 0,01$; c. v. = 6,63; $\chi^2 = 258,6$. Para a distribuição por sexos: $\alpha = 0,01$; c. v. = 6,63; $\chi^2 = 80$. Para a distribuição por idades: $\alpha = 0,01$; c. v. = 6,63; $\chi^2 = 26,1$.

⁹ O resultado para a distribuição por sexos é o seguinte: $\alpha = 0,01$; c. v. = 6,63; $\chi^2 = 0,051$.

Esta pequena diferença pode dever-se a um erro de repetição no *Annual Report* ou a faltar uma *Shiplist* para o porto de Boston.

estrutura de idades masculina), apenas a diferença verificada na estrutura de idades masculina se revelou significativa a um nível de 0,01¹⁰.

Os resultados dos testes realizados para 1860 e 1890-91 permitem-nos aceitar as informações registadas nos *Annual Reports on Immigration* no que concerne o sexo, a idade, porto de entrada e ocupação dos emigrantes portugueses¹¹.

A informação recolhida e os testes realizados para o caso português apontam para uma generalização: a consideração exclusiva de fontes de emigração que apenas registem saídas legais, de países com grandes níveis de clandestinidade, são passíveis de introduzir graves distorções na análise. Como acabámos de ver, as peculiaridades do fluxo clandestino, quando combinadas com a corrente legal, criam um terceiro fluxo que é o «verdadeiro» fluxo emigratório.

Como se disse no início deste trabalho, as fontes americanas são decididamente superiores às portuguesas e, dado que os *Annual Reports on Immigration* não apresentam problemas de vulto, isto é, que se prova serem aceitáveis as características gerais da população emigrante portuguesa tal como aí se encontram registadas¹², parece pouco defensável o uso exclusivo de fontes portuguesas. De facto, reconstruções baseadas apenas em fontes portuguesas levam, como se acaba de provar, a imagens distintas das registadas nas fontes americanas — mais concretamente, conduzem a uma falsa reconstrução do fluxo migratório português para aquele país. Esta contenção é, por razões óbvias, extensível a todos os fluxos migratórios portugueses deste período, qualquer que tenha sido o seu destino.

É na revisão das características da emigração portuguesa, pelo recurso sistemático a fontes multinacionais, que neste momento concentramos o nosso esforço de pesquisa. De momento apresentaremos apenas o resultado e respectivos testes duma primeira estimativa do volume da emigração portuguesa entre 1855 e 1930.

UM EXEMPLO DE APLICAÇÃO DE FONTES MULTINACIONAIS: ESTIMATIVA DO VOLUME DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA ENTRE 1855 E 1930

O cotejo das estatísticas de emigração portuguesa e de imigração norte-americana indica que, entre 1855 e 1930, a taxa de clandestinidade no fluxo migratório português variou consideravelmente. Entre 1855 e 1865 situar-

¹⁰ $\alpha = 0,01$; c. v. = 6,63; $\chi^2 = 59,5$.

É possível que esta discrepância se deva ao facto de, em 1890-91, 29% da emigração portuguesa ter entrado pelo porto de New Bedford, cujas listas não foi possível localizar.

¹¹ Como demonstrei em trabalho anterior (Baganha, 1988), a informação sobre região de origem encontra-se incorrectamente registada nos *Annual Reports* e é susceptível de induzir em graves erros.

¹² Embora, como foi dito, os números totais das entradas e provavelmente a estrutura de idades masculina para alguns anos não sejam inteiramente fidedignos.

-se-ia nos 5%; entre 1890 e 1900 teria atingido os 13% a 15%; e, finalmente, entre 1911 e 1930 andaria pelos 7%.

Ainda que cada fluxo migratório tenha as suas especificidades, não é de rejeitar a hipótese de a percentagem do elemento clandestino na corrente transatlântica portuguesa ser idêntica, qualquer que seja a sua direcção. Na realidade, as razões que levavam à clandestinidade encontravam-se ligadas a problemas nacionais (nomeadamente o serviço militar, as elevadas taxas militares e a morosa burocracia), sendo, por isso, de esperar que seja independente do destino que tomava.

Esta hipótese seria de fácil verificação se possuíssemos estatísticas vitais fidedignas. Acontece, no entanto, que a utilização dos dados sobre nascimentos e mortes, tal como se encontram registados nos censos, levanta consideráveis problemas. É que estes acontecimentos vitais estão ambos sub-registados nas estatísticas portuguesas¹³.

Teremos portanto de começar por reconstruir a estrutura da população portuguesa para um período em que tenhamos abundante informação complementar. Escolhemos o período intercensos de 1890 a 1900, por ser um período de grande emigração e dispormos da informação complementar necessária para testar os resultados obtidos.

Dois demógrafos, L. Bacci (1971) e João Evangelista (1971), analisaram a estrutura da população portuguesa entre 1864 e 1930 e, ainda que não tenham coberto exactamente o mesmo universo, os seus resultados são consistentes¹⁴. Um resumo dos principais resultados encontrados por estes demógrafos para o período de 1890 a 1900 é dado no quadro n.º 2.

Características da população portuguesa — 1890-1900

[QUADRO N.º 2]

Características	Continente e Ilhas (milhares)	Continente (milhares)
População 1890	5049,7	[4660,1]
População 1900	5423,1	[5016,3]
População média período	5236,4	[4838,2]
Nascimentos (1891-1900).....	1601	[1423]
Mortes (1891-1900)	1112,9	[982]
Crescimento natural.....	488,1	441
Emigração líquida	-114,7	
Taxa de natalidade	30,57	30,3
Taxa de mortalidade	21,25	21,1
Taxa de emigração líquida ...	-2,19	

Fontes: Bacci, 1971: 36, e Evangelista, 1971: 43, 54 e 72.

Nota: Os números entre parênteses foram inferidos dos números indicados por Evangelista.

¹³ Se só mortes ou só nascimentos estivessem sub-registados, poderíamos suprir tal falha com o recurso a qualquer das técnicas existentes para tais casos (por exemplo, as indicadas em Barclay, 1966, ou *Manual X*, Nações Unidas, 1983).

¹⁴ Os números e estimativas de Bacci dizem respeito a Portugal continental e Ilhas e os números de Evangelista apenas ao continente.

Podemos testar a consistência dos números indicados no quadro n.º 2 através da chamada equação de transferência:

$$P_n = P_0 + N - E + I,$$

em que P_n = população no fim do período; P_0 = população no início do período; N = crescimento natural = nascimentos (B) menos mortes (D); E = emigração legal (E_l) mais clandestina (E_c); I = imigração.

Se substituirmos com os valores indicados por Bacci e tivermos em conta que a emigração legal foi no período de 258,4 milhares, teremos:

$$5423,1 = 5049,7 + 488,1 - 258,4 - E_c + I$$

ou

$$114,7 = 258,4 + E_c - I$$

A única forma como esta igualdade poderá ser satisfeita é se admitirmos que o número de imigrantes (I) (no caso português, maioritariamente constituído por retornos) não apenas cancela a emigração clandestina (E_c) mas também contrabalança em pelo menos 56% (143 700) as saídas legais (E_l).

Bacci sabia que os nascimentos estavam sub-registados para este período, e de facto estimou o seu erro em 4,1%. Assim, o «verdadeiro» número de nascimentos entre 1891 e 1900 terá sido de 1666, 600 (Bacci, 1971: 29). Se incorporarmos esta correcção, teremos que a emigração líquida terá sido de 183 300. Dado que o número de emigrantes legais terá sido de 258 400, o número de imigrantes teria ainda de cancelar a emigração clandestina e representar 29% da legal (75 100). Em suma, os números de Bacci, ajustados ou não, são apenas plausíveis se assumirmos que o nível de retornos era entre 1891 e 1900 tão alto que cancelou toda a emigração clandestina verificada no período e representou entre um mínimo de 29% e um máximo de 56% da emigração legal¹⁵.

Os números e estimativas de Bacci são contraditos por toda a informação disponível sobre emigração e retornos para este período. De facto, existe consenso na historiografia portuguesa de que a emigração durante o século XIX apresentava uma elevada componente clandestina e um insignificante nível de retornos¹⁶. Se os números de Bacci são inaceitáveis, é também claro

¹⁵ É desnecessário testar a consistência dos números indicados por Evangelista, uma vez que é o próprio a reconhecer que as estatísticas oficiais apresentam um erro de 131 000 pessoas (Evangelista, 1971: 72).

¹⁶ Os autores que têm analisado a emigração portuguesa durante o século XIX concordam que o segmento clandestino era muito elevado (assim: Evangelista, 1971: 123, estimou que, entre 1891 e 1960, o fluxo clandestino representava 33% do fluxo legal; O. Martins, 1891: 226, estimou que na década de 1880-90 pelo menos 13% da emigração era ilegal). Pelo contrário, os retornos têm sido sempre estimados como representando uma parte relativamente insignificante das partidas (assim: Serrão, 1977: 39, estimou que os retornos entre 1919 e 1930 não ultrapassariam 3,5% das partidas legais; O. Martins, 1891: 226, considerava os regressos irrelevantes comparativamente ao volume das saídas).

que se torna impossível estimar directamente o volume da emigração portuguesa partindo dos registos dos acontecimentos vitais da população a risco.

O método que utilizaremos parte da estrutura das idades da população portuguesa e dos volumes de nascimentos e mortes indicados numa tábua de vida para uma população estável com a mesma estrutura de idades¹⁷. Para determinar as taxas de mortalidade e fertilidade adequadas à população portuguesa, comparou-se a sua estrutura de idades em 1900¹⁸, separadamente para as Ilhas e para o continente, com a estrutura de idades de uma tabela de vida modelo «Sul da Europa» (Coale, 1983). Deste cotejo resulta: 1) que a estrutura de idades da mulher portuguesa continental corresponde, em 1900, a uma estrutura de idades feminina modelo «sul», nível 12, com uma taxa de fertilidade de 29,02 e de mortalidade de 19,02, e nas Ilhas corresponde a taxas de fertilidade e mortalidade de 30,8 e 18,8, respectivamente; 2) repetindo a operação para o segmento masculino da população, encontramos no modelo Sul, nível 12, para uma população estável masculina, uma taxa de fertilidade de 34,79 e uma taxa de mortalidade de 19,79 para o continente e taxas de 37,7 e 19,7, respectivamente, para as Ilhas.

Modelos de populações estáveis assumem taxas de fertilidade e de mortalidade constantes e ainda que não existam movimentos migratórios para o exterior em nenhum grupo etário. Assumamos temporariamente que a população portuguesa era, em 1900, uma população estável. Qualquer população estável pode ser representada em dois pontos diferentes no tempo pela seguinte fórmula:

$$P_n = P_0 * (1 + B_r - D_r)^{n-1}$$

Outro problema relacionado com os retornos prende-se com o nosso desconhecimento sobre a frequência de reemigração. Dadas, no entanto, as limitações económicas da maioria da população portuguesa envolvida neste processo e o pequeno número de retornos, é pouco provável que o erro introduzido pela reemigração seja altamente significativo.

¹⁷ Tentei estimar o saldo migratório usando a técnica de *census survival ratios* (Lee, 1957: 9-106, descreve em detalhe esta técnica). Para realizar os cálculos escolhi o período intercensos de 1890 a 1900.

Técnicas de *census survival ratios* foram criadas para populações fechadas, caso a que Portugal se adapta mal; daí que tenha começado por estimar as taxas de sobrevivência para as zonas não migratórias que depois apliquei às zonas migratórias (no pressuposto de que as zonas migratórias se comportariam da mesma forma na ausência de emigração) para estimar perdas de população por idades e sexo. Os resultados foram bastante insatisfatórios, o que se explica pela grande sensibilidade desta técnica a incorrecções no registo de idades.

¹⁸ Os cálculos foram realizados para cada sexo, por duas razões: porque a emigração é um fenómeno com comportamento diverso por sexo, pelo que usar números agregados para toda a população só aumentaria o erro a introduzir nos cálculos; e porque as tábuas de vida para populações estáveis (utilizadas para determinar os nascimentos e as mortes) são elaboradas por sexo.

A estrutura de idades usada para determinar as taxas de mortalidade e fertilidade foram elaboradas a partir do censo de 1900, por duas razões: 1) a estrutura de idades no fim do período reflecte a influência de todos os acontecimentos vitais processados durante o período observado; e 2) o censo de 1900 é considerado mais perfeito que o de 1890.

em que: P_n = população no início do ano n ; P_0 = população no início do período; B_r = taxa de fertilidade durante o período; D_r = taxa de mortalidade durante o período; n = número de anos.

Segue-se que o número de nascimentos em qualquer ano (t), durante o período considerado, será dado pela expressão:

$$B_r * P_0 * (1 + B_r - D_r)^{t-1}$$

pelo que o número total de nascimentos durante 10 anos poderá ser obtido pelo algoritmo:

$$B_r * P_0 * \sum_{n=1}^{10} (1 + B_r - D_r)^{n-1}$$

ou

$$B_r * P_0 * \frac{(1 + B_r - D_r)^{10-1}}{B_r - D_r}$$

De forma análoga, o número de mortes ocorrido durante o mesmo período será dado pela expressão:

$$D_r * P_0 * \frac{(1 + B_r - D_r)^{10-1}}{B_r - D_r}$$

Estimado, por este processo, o número de nascimentos e mortes, entre 1890 e 1900, podemos retomar a equação:

$$P_n = P_0 + N - E + I$$

e reestimar o volume da emigração permanente ($E-I$) entre estas duas datas. Destas estimativas resulta o quadro n.º 3, que a seguir se indica¹⁹:

¹⁹ Os resultados dados no quadro n.º 3 levantam alguns problemas. O mais questionável são os números, para o continente, dos nascimentos e mortes masculinos. Parte do problema resulta da escolha previamente feita de usar a estrutura de idades referente ao fim do período (1900). As anomalias introduzidas pela emigração na estrutura etária masculina do continente seriam de menor efeito se tivéssemos usado 1890. Acontece que o registo das idades é francamente pior no censo de 1890 e estimativas anteriores baseadas nesta estrutura de idades resultaram inaceitáveis.

Características da população portuguesa — 1890-1900

[QUADRO N.º 3]

Características	Portugal		Continente		Ilhas	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
População em 1890	2430,4	2619,4	2251,3	2408,8	179,0	210,6
População em 1900	2591,6	2831,5	2402,1	2614,2	189,5	217,4
Nascimentos	911,7	799,3	838,5	730,8	73,2	68,5
Mortes	515,3	520,6	477,1	478,8	38,3	41,8
Crescimento natural	396,4	278,7	361,4	252,0	34,9	26,7
Migração permanente	235,2	66,6	210,6	46,6	24,5	19,9

Ainda que não seja possível estimar directamente das fontes portuguesas a emigração total, é possível estimar indirectamente que, entre 1890 e 1900, 301 800 pessoas terão deixado permanentemente Portugal. Dado que as partidas legais ascenderam durante este período a 258 400 e que os retornos se estima terem-se situado entre 3 % e 3,5 % do fluxo migratório²⁰, o segmento clandestino da emigração portuguesa rondaria os 14 % das partidas legais. A pergunta que obviamente se nos põe é saber qual a consistência destas estimativas.

Em 1891, Oliveira Martins estimou o volume da emigração clandestina em 13 % do fluxo legal (O. Martins, 1891: 226). Esta estimativa contemporânea do fenómeno que estamos interessados em analisar é confortavelmente próxima da estimativa indirecta cujos resultados acabámos de apresentar.

Oliveira Martins era de opinião que a emigração clandestina do seu tempo (décadas de 1880 e 1890) era constituída por mancebos em idade militar. Uma enorme variedade de fontes suporta esta contenção. De facto, ela é consistente com a evidência literária deste período²¹. Os jornais açorianos são peremptórios a este respeito. Dois exemplos típicos do que acabo de afirmar são os artigos inseridos em *A Persuasão*, de Ponta Delgada (n.º 1522, Março de 1891), o qual indica que, dos mancebos recrutados nesse ano para

²⁰ Serrão, 1977: 39. Baseando-se em informações dispersas, J. Evangelista estimou que, entre 1891 e 1960, o número de clandestinos não poderia ter excedido 33 % das partidas legais (Evangelista, 1971: 123). A estimativa de Evangelista cobre um período demasiado longo para nos ser útil como termo de comparação; de facto, existem enormes diferenças entre a emigração da década de 1890-1900 e a de períodos subsequentes. Por exemplo, o alto nível de retornos da década de 1920-30 não tem precedentes e o nível de clandestinos da década de 1950-60 e 1960-70 para a Europa também não encontra paralelo em épocas anteriores e não deve, a meu ver, efectivamente, comparar-se com o fluxo clandestino para o Brasil ou Estados Unidos dos finais do século passado. Na realidade, a proximidade e a extensão da fronteira terrestre entre Portugal e Espanha possibilitaram uma nova dimensão do fluxo clandestino.

²¹ Por exemplo: Dabney, 1884; Guerreiro, 1891; Sequeira, 1894; Peck, 1904. De referir também que, dos quatro processos de emigração clandestina que localizei para a década de 1890 no Tribunal de S. João Novo, na cidade do Porto, três dizem respeito a mancebos que tentavam emigrar ilegalmente para fugir ao recrutamento militar (processos n.º 530, de 1893; n.º 2372, de 1896; e n.º 2908, de 1897).

o serviço militar, 80% emigraram clandestinamente; e em *O Açoriano*, da Horta (n.º 39, de Novembro de 1890), o qual vai mais longe, afirmando mesmo que, nesse ano, os mancebos em idade militar emigraram todos, mesmo os isentos.

Outras fontes apoiam igualmente as contenções de Oliveira Martins de que a emigração clandestina era essencialmente constituída por jovens adultos do sexo masculino em idade militar e de que a sua percentagem em termos do montante das partidas legais rondaria os 13%. De facto, a análise de todos os passaportes emitidos no distrito de Angra do Heroísmo²² entre Outubro de 1890 e Dezembro de 1891 indica que nenhum passaporte foi emitido a indivíduos do sexo masculino entre os 14 e os 19 anos de idade, o que naturalmente implica que, a haver emigrantes masculinos neste grupo etário, eles sejam clandestinos. Ora, de acordo com os registos dos *Passengers' Manifests*, recolhidos exaustivamente, para os portos de Boston e Nova Iorque, entre Julho de 1890 e Dezembro de 1891, dos emigrantes portugueses que entraram nos Estados Unidos durante esse período²³, 14,39% eram indivíduos do sexo masculino entre os 14 e os 19 anos de idade.

A consulta de outras fontes produz idênticos resultados. Assim, a comparação do número legal de saídas para os Estados Unidos (obtido nos *Livros de Registos de Passaportes* distritais açorianos e nas estatísticas agregadas publicadas em Portugal) e o número total de emigrantes portugueses que entraram nos Estados Unidos (obtido através dos relatórios anuais de imigração americanos) entre 1897 e 1910 indica que as chegadas registadas no país de destino ultrapassam em 15% as partidas registadas no país de origem. Em suma, a estimativa indirecta da emigração permanente, bem como toda a evidência recolhida para o período de 1880-1900, apontam sistematicamente para um nível de clandestinidade que se situaria entre os 13% e os 15% do fluxo legal.

De acordo com os resultados obtidos, não temos neste momento nenhuma razão para considerar que o nível de clandestinidade era significativamente diferente quando dirigido para o Brasil em vez de para os Estados Unidos. De facto, os resultados acima indicados apoiam claramente a hipótese de a percentagem de clandestinos ser idêntica para ambos os destinos²⁴.

Se aceitarmos esta hipótese como pressuposto, podemos finalmente estimar o «verdadeiro» volume da emigração portuguesa entre 1855 e 1930. A emigração portuguesa seria igual à emigração legal inflacionada pela proporção da emigração clandestina. Esta última seria, por sua vez, igual à *ratio* das partidas legais para os Estados Unidos sobre as chegadas efectivas àquele país menos um. Os resultados são dados no quadro n.º 4 (anexo I).

²² Isto é, considerando todos os destinos (Brasil, Estados Unidos ou outro qualquer destino fora do território nacional).

²³ Boston e Nova Iorque são os dois grandes portos de entrada da emigração portuguesa neste período.

²⁴ Pelo menos até ao reforço das leis americanas anti-imigratórias, que se processou, como é sabido, a partir de 1917.

Visualizando graficamente os dados do quadro n.º 4 (col. 4), diremos que a curva da emigração portuguesa indica inicialmente um ciclo (ou parte de um ciclo) em fase de expansão nos últimos anos da década de 1850, seguido de uma fase de retracção até 1865. A partir desse ano, a curva apresenta uma clara tendência exponencial de declive positivo que se manterá até 1912. Esta longa fase de expansão é seguida de uma súbita e marcada quebra entre 1912 e 1918. De 1918 a 1930, a curva apresenta ciclos bem definidos de 3 a 4 anos.

De uma forma mais agregada, e por intervalos intercensos, a emigração portuguesa apresentou as seguintes características: a taxa de 20,1 emigrantes por 1000 habitantes registada entre 1855 e 1864 subiu continuamente, até atingir o seu máximo entre 1901 e 1911 (75,9 emigrantes por 1000 habitantes), descendo nos dois subsequentes períodos. De facto, verifica-se que a taxa de emigração para 1921-30 (52,5) é mais baixa do que a registada na década de 1890 (56,2)²⁵.

CONCLUSÃO

Este trabalho tinha como primordial objectivo questionar a validade de sínteses descritivas da emigração portuguesa baseadas exclusivamente em fontes nacionais. Em apoio desta contenção, foram apresentados vários perfis sociodemográficos de emigrantes portugueses, elaborados a partir de fontes portuguesas e norte-americanas, que subsequentemente se provou pertencerem a populações significativamente diversas.

Tentou-se seguidamente demonstrar que a reconstrução dos dados vitais da população portuguesa entre 1890 e 1900 e as informações qualitativas sobre a emigração clandestina para este mesmo período apoiam o pressuposto de que existia independência entre a taxa de clandestinidade e os destinos da emigração portuguesa.

Finalmente, e com base no pressuposto indicado, estimou-se o volume de emigração portuguesa para 1855-1930, utilizando para o efeito simultaneamente fontes portuguesas e norte-americanas.

Em suma, do que ficou dito ressalta a urgência de revermos as características gerais da emigração portuguesa, recorrendo a fontes multinacionais que permitam captar o «verdadeiro» fluxo migratório que abandonou o País no decorrer dos séculos XIX-XX.

²⁵ As taxas intercensos que indiquei não são imediatamente comparáveis às taxas usualmente utilizadas. No presente caso, e respeitando os intervalos censitários, as taxas médias anuais por 1000 habitantes foram respectivamente: 2,01, 2,54, 4,23, 5,62, 6,90, 7,06 e 5,25.

ANEXO

Emigração portuguesa 1855-1930

Ano	População		Emigração	
	Censos	Anual	Legal	Com clandestinos
1854	3 844 000	3 844 000		
1855		3 877 124	11 557	12 135
1856		3 910 533	10 288	10 802
1857		3 944 230	9 861	10 354
1858		3 978 217	8 963	9 411
1859		4 012 498	9 309	9 774
1860		4 047 073	6 524	6 850
1861		4 081 947	5 945	6 242
1862		4 117 121	5 674	5 958
1863		4 152 598	4 411	4 632
1864	4 188 410	4 188 410	4 517	4 743
1865		4 213 302	4 175	4 384
1866		4 238 341	6 469	6 792
1867		4 263 530	7 150	7 508
1868		4 288 868	7 127	7 483
1869		4 314 357	8 380	8 799
1870		4 339 997	9 655	10 138
1871		4 365 790	12 728	13 364
1872		4 391 735	17 284	18 148
1873		4 417 836	12 996	13 646
1874	4 444 091	14 835	15 577	
1875	4 470 502	15 440	16 212	
1876	4 497 070	11 035	11 587	
1877	4 523 796	11 057	11 610	
1878	4 550 699	4 550 699	9 917	10 413
1879		4 590 326	13 211	14 928
1880		4 630 299	12 597	14 235
1881		4 670 620	14 637	16 540
1882		4 711 291	18 272	20 647
1883		4 752 317	19 251	21 754
1884		4 793 701	17 518	19 795
1885		4 835 444	15 004	16 955
1886		4 877 551	13 998	15 818
1887		4 920 025	16 992	19 201
1888	4 962 868	23 981	27 099	
1889	5 006 085	20 614	23 294	
1890	5 049 729	5 049 729	29 427	33 253
1891		5 085 885	23 585	27 123
1892		5 122 300	21 074	24 235
1893		5 158 976	30 383	34 940
1894		5 195 914	26 911	30 948
1895		5 233 117	44 746	51 458
1896		5 270 586	27 680	31 832
1897		5 308 323	21 334	24 534
1898		5 346 331	23 604	27 145
1899		5 384 611	17 774	20 440
1900	5 423 132	5 423 132	21 235	24 420
1901		5 469 879	20 646	23 743
1902		5 517 030	24 170	27 796
1903		5 564 587	21 611	24 853
1904		5 612 553	28 304	32 550
1905		5 660 934	33 610	38 652

A emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração

Emigração portuguesa 1855-1930 *(Continuação)*

Ano	População		Emigração	
	Censos	Anual	Legal	Com clandestinos
1906		5 709 731	38 093	43 807
1907		5 758 949	41 950	48 243
1908		5 808 591	40 145	46 167
1909		5 858 661	38 223	43 956
1910		5 909 162	39 515	45 442
1911	5 960 056	5 960 056	59 661	63 837
1912		5 968 102	88 929	95 154
1913		5 976 159	77 645	83 080
1914		5 984 227	25 730	27 531
1915		5 992 306	19 314	20 666
1916		6 000 395	24 897	26 640
1917		6 008 496	15 825	16 933
1918		6 016 607	11 853	12 683
1919		6 024 730	64 783	69 318
1920	6 032 991	6 032 991	37 138	39 738
1921		6 107 921	24 597	26 319
1922		6 183 781	39 795	42 581
1923		6 260 584	40 171	42 983
1924		6 338 340	29 710	31 790
1925		6 417 062	22 884	24 486
1926		6 496 762	42 067	45 012
1927		6 577 452	27 674	29 611
1928		6 659 144	34 297	36 698
1929		6 741 851	40 361	43 186
1930	6 825 883	6 825 883	23 196	24 820

Fontes: Coluna 1 — Censos para o respectivo ano. Coluna 3 — 1855-65, R. Freitas, 1867; 1866-84, *Anuário* 1884, 1886: 54, 55, e A. Figueiredo, 1873; 1885-90, *Movimento da População* para 1887 a 1890; 1890-96, Afonso Costa, 1911: 77; 1897-1921, *Movimento da População* para 1900 a 1921; 1917-1930, *Anuário* 1917 a 1930.

Notas — Coluna 2: pressupõe crescimento constante. Coluna 4: os ajustamentos foram feitos da seguinte forma. Para o período de 1855 a 1878 considere que a percentagem de clandestinos era aproximadamente de 5%. Esta percentagem foi obtida cotejando duas fontes. De acordo com R. de Freitas (1867: 10), 5010 emigrantes partiram para os Estados Unidos entre 1855 e 1865. As estatísticas oficiais americanas registam, para o mesmo período, a chegada (descontadas as chegadas de cabo-verdianos) de 5291 (*Annual Reports*, Young, 1871: XII-XIV). Estes números sugerem ser de 5% a percentagem de clandestinos entre 1855 e 1865, e, na falta de melhor informação, foi também esta a percentagem usada para 1866-78. De 1878 a 1890 usei a estimativa de 13% sugerida por Oliveira Martins. Para 1891 a 1910 usei 15% que é a *ratio* dos clandestinos obtida após cotejo das estatísticas oficiais portuguesas e norte-americanas para 1897 a 1910. Finalmente, de 1911 a 1930, e utilizando o mesmo método, o volume da emigração legal foi inflacionado em 7%.

FONTES

Manuscritas

Livros de Registos de Passaportes. Para 1889-91, 1899-1901, 1910-11, 1920-21. Distrito de Angra do Heroísmo: Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo. Distrito da Horta: Biblioteca Pública e Arquivo da Horta. Para 1899-1901, 1910-11, 1920-21. Distrito de Ponta Delgada: Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

Passengers' manifests. Passageiros chegados a Boston de Janeiro a Dezembro de 1860; de Janeiro de 1890 a Dezembro de 1891; a Nova Iorque, de Junho de 1890 a Dezembro de 1891; a Boston e São Francisco, de Janeiro a Dezembro de 1901. National Immigration Archives — Balch Institute, Filadélfia, e National Archives, Washington, D. C.

Impressas

Congressional Papers

Annual Report on Immigration presented to the House of Representatives. Washington, D. C., Government Printing Office, 1848-95.

Direcção-Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais (antes Repartição de Estatística Geral). *Censo da População Portuguesa*, 1864-1930, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868-1934.

I. Ferenczi e W. Willcox (eds.)

International Migrations, vol. I, *Statistics*, Nova Iorque, National Bureau of Economic Research, Inc., 1929.

Immigration Commissioner

Report of the Commissioner-General of Immigration for the fiscal year ended June 30, 1897-1908 e 1920-32, Washington, D. C., Government Printing Office, 1897-1908 e 1920-32.

Reports of the Immigration Commission

Abstracts of Reports of the Immigration Commission, 61s Congress, 2d Session, Senate Documents (Doc. No. 633), Washington, D. C., Government Printing Office, 1911.

Reports of the Immigration Commission

Abstracts of Reports of the Immigration Commission. 61s Congress, 3d Session, Senate Documents (Doc. No. 747), 2 vols., Washington, D. C., Government Printing Office, 1911.

Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (depois de 1900, Ministério das Finanças). *Anuário Estatístico de Portugal*, 1884, 1892, 1917-30, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886-1934.

Movimento da População, 1887-90 e 1901-21, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890-19[24].

REFERÊNCIAS

O Açoriano, Horta, Janeiro de 1887 a Dezembro de 1890.

BACCI, M. Livi, *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press, 1971.

BAGANHA, Maria Ioannis B., «International Labor Movements: Portuguese Emigration to the United States 1820-1930», PH. D. Dissertation, University of Pennsylvania, Filadélfia, 1988.

BARCLAY, George W., *Techniques of Population Analysis*, 7.ª ed., Nova Iorque, John Wiley & Sons, 1966.

BETTENCOURT, José de Sousa, *O Fenómeno da Emigração Portuguesa*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1961.

CARQUEJA, Bento, *O Povo Portuguez*, Porto, Livraria Chardon de Lello & irmão, L.ª, 1916.

COALE, A. J., P. Demeny e B. Vaughan, *Regional Model Life Tables and Stable Populations*, 2.ª ed., Nova Iorque, Academic Press, 1983.

COSTA, Afonso, *Estudos de Economia Nacional. O Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

DABNEY, Charles, «The Azores», in *Report by the American Consul*, House of Representatives, 2d ss., 48th Congr., Doc. 54, Washington, D. C., Government Printing Office, 1884-85, pp. 1646-1651.

EVANGELISTA, João, *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, INE, MCMLXXI.

FIGUEIREDO, A. de, *Le Portugal*, Lisboa, Lallemand Frères, Imprimeurs, 1873.

FREITAS, J. J. Rodrigues de, *Notice sur le Portugal*, Paris, Paul Dupont, 1867.

A Emigração Portuguesa para o Brazil (1.ª ed., 1893), *Páginas Avulsas*, Porto, Livraria Chardon de Lello & Irmão, L.ª, 1906, pp. 167-177.

GODINHO, Vitorino Magalhães, «L'Émigration Portugaise (xv^e-xx^e Siècles) — une constante structurale et les réponses aux changements du monde», in *Revista de História Económica e Social*, 1, Lisboa, 1978.

GUERREIRO, J. V. Mendes, *Regresso dos Estados Unidos da América — Açores*, Ponta Delgada, Biblioteca da Autonomia dos Açores, 1894.

A emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração

- LEE, E. S., «Migration Estimates», in Simon Kuznets (ed.), *Population Redistribution and Economic Growth. United States 1870-1950*, vol. 1, Filadélfia, The American Philosophical Society, 1957, pp. 9-109.
- LEITE, Joaquim Costa, «Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)», in *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 97, 1987, pp. 463-480.
- OLIVEIRA MARTINS, Joaquim P. de, *Fomento Rural e Emigração* (1.ª ed., 1891), Lisboa, Guimarães Editores, 1956.
- PECK, E. P., «An Immigrant Farming Community», in *New England Magazine*, n. s., 31, Boston, 1904, pp. 207-210.
- PEREIRA, M. Halpern, *A Política Portuguesa de Emigração (1850 a 1930)*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.
- A Persuasão*, Ponta Delgada, Janeiro a Dezembro, 1891.
- SEQUEIRA, M. A., *Questões Açoreanas — II*, Ponta Delgada, Typographia Popular, 1891.
- SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.
- TRINDADE, Maria J. Lagos, «Portuguese Emigration from the Azores to the United States During the Nineteenth Century», in *Studies in Honor of the Bicentennial of the American Independence*, Lisboa, 1976, pp. 237-295.
- UNITED NATIONS (Department of International Economic and Social Affairs), *Manual X, Indirect Techniques For the Demographic Estimation*, Population Studies, n.º 81, Nova Iorque, 1983.